



**ACÓRDÃO Nº1827/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11346/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Envira.
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Francisco de Jesus da Costa Silva (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5908/2022-DIMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Envira. Exercício de 2021.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2021, da Câmara Municipal de Envira, de responsabilidade do Senhor **Francisco de Jesus da Costa Silva**, Presidente da Câmara Municipal de Envira e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM.

**10.2. Aplicar multa** ao Senhor **Francisco de Jesus da Costa Silva**, Presidente da Câmara Municipal de Envira e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$2.000,00 (dois mil reais)** na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI e 52 da Lei nº 2.423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 308, inciso VII, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, atualizada em 09.11.2018, tendo em vista as impropriedades não saneadas na Fundamentação do Voto (Impropriedades nºs. 04, 08 e 9. "c") e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio



**ACÓRDÃO Nº1827/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

**10.3.1.** Ausência de apresentação de justificativa e documento quanto ao não envio junto a Prestação de Contas auditada da cópia da Lei que fixa os subsídios dos Vereadores para a legislatura 2021/2024, pois a que consta é a Lei Municipal nº 359/2017 de 24/03/2017, fixa os subsídios para a legislatura de 2017/2020, em desacordo com inciso XII, art. 1º, da Resolução TCE nº 006/2009;

**10.3.2.** Ausência do Termo de Responsabilidade do gestor em relação aos bens patrimoniais, que dão respaldo a exigência do inciso II, art. 75, da Lei nº 4320/1964, c/c art. 78 da mesma lei;

**10.3.3.** Ausência de esclarecimentos sobre o motivo de a Câmara Municipal de Envira, não utilizar controles específicos de almoxarifado, com registro contínuo e permanente de controle de entrada e saída dos objetos, bem como das existências dos estoques, contrariando o art. 95 da Lei nº 4.320/64;

**10.3.4.** Desatualização das pastas dos servidores, através do registro de todo e qualquer ato administrativo nas fichas funcionais e financeiras, no que diz respeito a dados pessoais, férias, afastamentos, transferências, licenças, atos concessivos, averbações, vencimentos, gratificação, abonos salariais;



**ACÓRDÃO Nº1827/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**10.3.5.** Ausência de esclarecimentos quanto a não realização de Concurso Público e/ou Processo Seletivo Simplificado – PSS, a fim de justificar o elevado número de contratações anuais temporárias (20) para o exercício de 2021 para as diversas áreas deficitárias de profissionais do Poder Legislativo;

**10.3.6.** Ausência de esclarecimentos quanto ao embasamento jurídico que justifica o excessivo número de contratações temporárias (20) em relação aos servidores efetivos (4);

**10.3.7.** Ausência de esclarecimentos quanto aos registros funcionais que se encontram desatualizados, tais como o fornecimento da Declaração de Imposto de Renda, exercício 2021, visando a evolução patrimonial informada à Delegacia da Receita Federal dos agentes políticos e dos agentes públicos, contrariando os termos do art. 289, da Resolução TCE nº 04/2002, ao disposto no art. 13 e parágrafos da Lei nº 8.429/92, e no art. 1º da Lei nº 8.730/93 c/c o art. 266, da Constituição Estadual/89;

**10.3.8.** Ausência de Procuradoria Jurídica com rol de Procuradores e a Natureza do vínculo laboral;

**10.3.9.** Ausência do Serviço de Informação ao Cidadão com instalações físicas de atendimentos aos interessados;

**10.3.10.** Não foram efetuados convites aos demais órgãos e entidades da Administração para participar do registro de preços, mediante correspondência eletrônica ou outro meio eficaz, na forma do art. 3º, §2º, Decreto nº 3.931/01;

**10.3.11.** Ausência de pesquisa de preços praticados pelo mercado do ramo do objeto da licitação, na forma do art. 3º, caput, e §2º, IV, do Decreto nº 3.931/01, e arts. 15, §1º e 43, IV, da Lei nº 8.666/93;

**10.3.12.** Ausência de esclarecimento se foi respeitado o prazo de 8 dias úteis entre a divulgação da licitação (publicação do aviso do edital) e a realização do evento, na forma do art. 4º, V, da Lei nº 10.520/02;

**10.3.13.** Ausência de justificativa para a exigência de índices contábeis, porventura exigidos, que comprovem a boa situação financeira dos licitantes, na forma do art. 31, §5º, da Lei nº 8.666/93;

**10.3.14.** No procedimento licitatório não foi localizada a indicação de



**ACÓRDÃO Nº1827/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

que há recurso próprio para a despesa, na forma do art. 38, *caput*, da Lei nº 8.666/93;

**10.3.15.** Ausência de informação se o Convite exigia o cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (proibição de trabalho infantil), como determina o art. 27, V, da LLCA;

**10.3.16.** Ausência de justificativas se foram instruídos com parecer(es) jurídico(s), na forma do art. 38, VI, da Lei nº 8.666/93;

**10.3.17.** Ausência de justificativas se os autos foram instruídos com o ato de designação da comissão de licitação, na forma do art. 38, III, da Lei nº 8.666/93;

**10.3.18.** Não foram localizados nos autos, os preços cotados no mercado antes da licitação e a cotação deve fazer parte do processo, na forma do art. 23, *caput*, da Lei nº 8.666/93;

**10.3.19.** Não foram localizados nos autos, atestado de exclusividade, como determina o artigo 30, inciso I, da Lei nº 13.303/2016 c/c artigo 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93;

**10.3.20.** Ausência de documentação que expressem claramente as justificativas sobre as razões da escolha do executante, em virtude da tipicidade do serviço, visando atender plenamente o interesse público, com base na motivação dos atos administrativos do Estado, art. 26, parágrafo único, inciso II, Lei nº 8.666/93;

**10.3.21.** Não consta nos autos razão da escolha do fornecedor, justificativa do preço na forma do art. 30, §3º, incisos II e III da Lei nº 13.303/2016 c/c artigo 26, parágrafo único, incisos II e III da Lei nº 8.666/93;

**10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

**11- Ata:** 39ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 25 de outubro de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.



**ACÓRDÃO Nº1827/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra.Evelyn Freire de Carvalho ,  
Procuradora-Geral, em substituição.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**EVELYN FREIRE DE CARVALHO**  
Procuradora-Geral, em substituição